

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 05/2018
(Processo Administrativo n.º 23290.000468/2017-38)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**, por meio da Coordenação de Licitações e Compras, sediado Av. Gentil Tavares da Motta, 1166, Bairro Getúlio Vargas, CEP: 49055-260, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 21/05/2018

Horário: 09:00h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1.** O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo necessários para contemplar a demanda do Auxílio Material (concessão de material escolar e de uso técnico) ofertado pelo Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando – PRAAE – do IFS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3.** **O uso do Registro de Preços será adotado para atendimento a mais de um órgão ou entidade, atendendo desta forma ao Decreto nº 7.892/2013, art. 3º, incisos II e III.**

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1.** O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Campus Aracaju (UASG 158393)
- 2.2.** São participantes os seguintes órgãos:
 - 2.2.1.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Reitoria (UASG 158134);
 - 2.2.2.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Campus Propriá (UASG 154681);
 - 2.2.3.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Itabaiana – UASG 152430;
 - 2.2.4.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Lagarto – UASG 158394;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

2.2.5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Socorro – UASG 154680;

2.2.6. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Estância – UASG 152426;

2.2.7. Hospital Univ. Mons. João B. De Carvalho D. – UASG 155910 (Lagarto/SE);

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2 que estejam reunidas em consórcio;

5.4. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

5.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

5.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.6.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. valor unitário;

6.6.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

6.6.2.1. em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

6.6.3. Marca;

6.6.4. Fabricante;

6.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazos de validade ou de garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. SUPRESSÃO

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. SUPRESSÃO

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.13. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

7.14. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.16. SUPRESSÃO

7.17. SUPRESSÃO

7.18. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.18.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

8.5.2. SUPRESSÃO

8.6. SUPRESSÃO

8.7. SUPRESSÃO

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.3. Habilitação jurídica:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

9.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.3.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.3.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.3.9. SUPRESSÃO

9.3.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.4. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

9.4.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.5. SUPRESSÃO

9.6. SUPRESSÃO

9.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail colic.ifs@gmail.com com cópia para adriana.sodre@ifs.edu.br, e apenas neste caso os documentos deverão ser remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.8.1. Quando os documentos forem enviados pelo sistema (upload) não será necessário o envio posterior dos documentos pelos correios.

9.8.2. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Em relação às licitantes cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.9.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.9.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas), documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

9.11. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.12. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.15. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. SUPRESSÃO

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

16.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

16.2.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

16.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

16.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17. DO PREÇO

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

17.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no item 4 do Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos itens 5 e 6 do Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

- 21.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 21.1.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 21.2.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 21.3.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 22.1.1.** não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- 22.1.2.** apresentar documentação falsa;
- 22.1.3.** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 22.1.4.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.5.** não manter a proposta;
- 22.1.6.** cometer fraude fiscal;
- 22.1.7.** comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 22.3.1.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 22.3.2.** Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

22.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

22.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

22.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail colic.ifs@gmail.com com cópia para adriana.sodre@ifs.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Engenheiro Gentil Tavares da Mota, 1166 - Bairro Getúlio Vargas - CEP 49.055-260 - Aracaju/SE na Coordenadoria de Licitações e Contratos - COLIC.

23.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e www.ifs.edu.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Engenheiro Gentil Tavares da Mota, 1166 - Bairro Getúlio Vargas - CEP 49.055-260 - Aracaju/SE na Coordenadoria de Licitações e Contratos - COLIC, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

24.10.2. ANEXO II - Ata de Registro de Preços;

24.10.3. ANEXO III - Modelos

Aracaju, 07 de maio de 2018.

**Adriana Sodré D ria
Pregoeira - IFS Campus Aracaju/SE
Portaria n  279/2018**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

Anexo I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 05/2018
(Processo Administrativo n.º 23290.000468/2017-38)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material de consumo, a saber: materiais de consumo necessários para contemplar a demanda do Auxílio Material (concessão de material escolar e de uso técnico) ofertado pelo Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando – PRAAE – do IFS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento:

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | UND | QTD Total | VALOR UNIT R\$ |
|------|--------|--|-----|--------------|-------------------|
| 1 | 232623 | Borracha apagadora escrita - BORRACHA APAGADORA ESCRITA, MATERIAL BORRACHA, COMPRIMENTO 32, LARGURA 23, ALTURA 7, COR BRANCA, TIPO MACIA - branca plástica. De borracha natural. Para apagar lápis e lapiseira com maior precisão. | UND | 1870 | 0,64 |
| 2 | 68500 | CADERNO, NOME CADERNO TIPO ESCOLAR - <i>Caderno espiral capa dura com 200 fls, Espiral preto, Miolo Pautado</i> | UND | 3370 | 11,81 |
| 3 | 252143 | Mochila escolar , material nylon, cor preta , aplicação material escolar, altura 38, largura 25, profundidade 17, características adicionais saco, com 3 bolsos externos com Logomarca Oficial do IFS/Campus Aracaju | UND | 2320 | 34,47 |
| 4 | 272348 | LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA , DIÂMETRO CARGA 2, DUREZA CARGA HB, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM BORRACHA APAGADORA, MATERIAL CARGA GRAFITE. Obs: Lápiz tipo ecológico HB n.º 2 , composição do corpo: mínimo de 40% de poliestireno reciclado, sem madeira, mina ultra resistente, não quebra com facilidade e não lasca quando apontado e quando quebra, sem borracha nas pontas, corpo hexagonal. Mina HB n.º 2. | UND | 1950 | 0,69 |
| 5 | 275663 | Caneta esferográfica , material plástico, quantidade cargas 1, material ponta esfera de tungstênio reforçada, tipo escrita grossa, cor tinta preta , características adicionais furo central e carga comum. | UND | 2770 | 0,64 |
| 6 | 275664 | Caneta esferográfica , material plástico, quantidade cargas 1, material ponta esfera de tungstênio reforçada, tipo escrita grossa, cor tinta vermelha , características adicionais furo central e carga comum. | UND | 1620 | 0,56 |
| 7 | 315008 | Caneta esferográfica , material plástico, quantidade cargas 1, material ponta latão com esfera de tungstênio, tipo escrita média, cor tinta azul , características adicionais corpo transparente e poliédrico com furo de ventilação. | UND | 2370 | 0,59 |

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

| | | | | | |
|----|--------|---|-----|------|-------|
| 8 | 230828 | Apontador lápis , material metal e plástico, tipo escolar, características adicionais com depósito. | UND | 1750 | 0,65 |
| 9 | 33189 | Régua acrílica fabricada em acrílico cristal polido, bordas chanfradas, escalas de precisão em mm gravados a quente. 30cm. | UND | 1770 | 0,62 |
| 10 | 387685 | Memória Portátil tipo pen drive , capacidade memória de 16gb, interface USB, aplicação armazenamento de dados. | UND | 1920 | 30,56 |
| 11 | 150717 | Calculadora Científica , 12 dígitos, com alimentação solar e por bateria, que realize no mínimo 252 funções, cálculo fracionário, combinações e permutação, estatísticas, 9 variáveis, fatorização, cálculos trigonométricos e que tenha uma tampa protetora. | UND | 1025 | 49,10 |
| 12 | 295478 | Caneta marcador de texto fluorescente cor amarelo | UND | 1870 | 1,38 |
| 13 | 295478 | Caneta marcador de texto fluorescente cor laranja | UND | 1300 | 1,53 |
| 14 | 43222 | Compasso Técnico em metal com haste prolongadora para ponta seca ou grafite. Com adaptador universal (adapta canetas, lapiseiras). Incluindo estojo com 3 pontas secas de modelos diferentes e grafite de reserva. Acompanhando embalagem/estojo plástico rígido. Executa raios de até 27cm. Com haste prolongadora e perna articulada | UND | 660 | 54,10 |
| 15 | 290284 | CORRETIVO LÍQUIDO , MATERIAL BASE D'ÁGUA - SECAGEM RÁPIDA, APRESENTAÇÃO FRASCO, VOLUME 18 - Corretivo líquido apagar caneta esferográfica | UND | 1520 | 1,09 |
| 16 | 234637 | ESCALIMETRO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO ESCALA TRIPLO DECÍMETRO, TAMANHO 30, ESCALA GRADUAÇÃO 1:20, 1:25, 1:50, 1:75, 1:100 E 1:125 – Obs: Escalímetro Triangular Técnico de 30 cm, com escalas 1:20, 1:25, 1:50, 1:75, 1:100 e 1:125, Dim. (mm) 320 x 25. Escalas triangulares de precisão, injetadas com laterais coloridas para facilitar a localização das escalas. Com caixinha protetora. | UND | 510 | 25,29 |
| 17 | 43230 | ESQUADRO DE DESENHO, NOME ESQUADRO DE DESENHO - Par de Esquadros acrílicos sem escalas – 32 cm, composto por 1 esquadro de 30°/60°/90° e outro de 45°/45°/90°, 2 mm de espessura, com escala em milímetros. Não são injetados. DIM. 26 CM. | UND | 380 | 66,52 |
| 18 | 25984 | ESTOJO - Estojo para lápis transparente com zíper plástico flexível 22cm altura e 8 cm largura com Logomarca Oficial do IFS. | UND | 530 | 6,35 |
| 19 | 43265 | GABARITO DE DESENHO, NOME GABARITO DE DESENHO - Gabarito circunógrafo D2. | UND | 120 | 49,23 |
| 20 | 43265 | GABARITO DE DESENHO, NOME GABARITO DE DESENHO - Gabarito de desenho E26. Gabarito para projetos de instalações elétricas prediais e industriais. - 0,5x10cm.ref.:e-26. | UND | 120 | 59,80 |
| 21 | 43265 | GABARITO DE DESENHO, NOME GABARITO DE DESENHO - Gabarito Sanitário A23. | UND | 120 | 60,72 |

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

| | | | | | |
|--------------|--------|---|-----|------|-------------------|
| 22 | 43265 | GABARITO DE DESENHO, NOME GABARITO DE DESENHO - Gabarito Arquitetura A27. | UND | 120 | 69,24 |
| 23 | 200507 | LAPISEIRA, MATERIAL METAL, DIÂMETRO CARGA 0,5 – Obs: Lapiseira Técnica com uma ponta fixa de 4mm utiliza mina 0,5mm e borracha Z2-1 como refil. Clip removível. | UND | 600 | 3,41 |
| 24 | 200506 | LAPISEIRA, MATERIAL METAL, DIÂMETRO CARGA 0,7 - Lapiseira Técnica com uma ponta fixa de 4mm utiliza mina 0,7mm e borracha Z2-1 como refil. Clip removível. | UND | 1320 | 3,40 |
| 25 | 203331 | MINA GRAFITE, MATERIAL GRAFITA, DIÂMETRO 0,50, COMPRIMENTO 100, DUREZA 2B - Minas de grafite 0.5 mm tipo 2b. | UND | 550 | 3,16 |
| 26 | 203339 | MINA GRAFITE, MATERIAL GRAFITA, DIÂMETRO 0,70, COMPRIMENTO 100, DUREZA 2B - Minas de grafite 0.7 mm tipo 2b. | UND | 1490 | 2,71 |
| 27 | 67601 | Multímetro Digital , tensão contínua 1000Vdc, tensão alternada 750Vca, corrente contínua 10A, resistência 2Mohms, transistores HFE 0 ~ 1000, alimentação uma bateria de 9V., indicação de bateria fraca, display (LCD), 3 ½ dígitos, dim. 140x74x30mm; peso 220g | UND | 430 | 110,67 |
| 28 | 61727 | Transferidor Técnico 12 cm, em acrílico cristal com 3 mm de espessura, chanfrados, divisão em grau e ½ grau. | UND | 830 | 5,68 |
| 29 | 299386 | TUBO PORTA-DOCUMENTO, MATERIAL PVA, DIÂMETRO INTERNO 8,50, COMPRIMENTO 71 A 129, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE DESENHO, PROJETO E PÔSTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EXTENSÍVEL, TAMPA COM ROSCA. | UND | 740 | 64,68 |
| TOTAL | | | | | 462.256,10 |

1.2. SUPRESSÃO

1.3. SUPRESSÃO

1.4. SUPRESSÃO

1.5. Em caso de divergência entre as especificações dos objetos descritos no Comprasnet e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este instrumento.

1.6. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA | UND | C. ARACAJU 158393 (Gerenciador) | Órgãos Participantes | | | | | | | QTD TOTAL |
|------|--|-----|---------------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-----------|
| | | | | REITORIA 158134 | C. PROPRIÁ 154681 | C. ITABAIANA 152430 | C. LAGARTO 158394 | C. SOCORRO 154680 | C. ESTÂNCIA 152426 | HU LAGARTO 155910 | |
| 1 | BORRACHA APAGADORA, COR BRANCA, TIPO MACIA | UND | 500 | 0 | 150 | 400 | 500 | 220 | 0 | 100 | 1870 |

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

| | | | | | | | | | | | |
|----|--|-----|------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|
| 2 | CADERNO ESPIRAL CAPA DURA COM 200 FLS, ESPIRAL PRETO, MIOLO PAUTADO. | UND | 1000 | 1400 | 150 | 500 | 0 | 220 | 0 | 100 | 3370 |
| 3 | MOCHILA ESCOLAR, MATERIAL NYLON, COR PRETA. | UND | 500 | 700 | 150 | 500 | 0 | 220 | 100 | 150 | 2320 |
| 4 | LÁPIS PRETO TIPO HB N.º 2. | UND | 500 | 0 | 150 | 500 | 500 | 0 | 0 | 300 | 1950 |
| 5 | CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA | UND | 500 | 0 | 150 | 400 | 500 | 220 | 500 | 500 | 2770 |
| 6 | CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA | UND | 500 | 0 | 0 | 400 | 0 | 220 | 0 | 500 | 1620 |
| 7 | CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL | UND | 500 | 0 | 150 | 500 | 500 | 220 | 0 | 500 | 2370 |
| 8 | APONTADOR LÁPIS COM DEPÓSITO | UND | 500 | 0 | 150 | 500 | 500 | 0 | 0 | 100 | 1750 |
| 9 | RÉGUA ACRÍLICA 30CM. | UND | 500 | 0 | 0 | 500 | 500 | 220 | 0 | 50 | 1770 |
| 10 | MEMÓRIA PORTÁTIL TIPO PEN DRIVE 16GB. | UND | 500 | 700 | 150 | 200 | 0 | 220 | 100 | 50 | 1920 |
| 11 | CALCULADORA CIENTÍFICA 12 DÍGITOS. | UND | 500 | 0 | 0 | 200 | 160 | 0 | 115 | 10 | 1025 |
| 12 | CANETA MARCADOR DE TEXTO FLUORESCENTE COR AMARELO | UND | 500 | 0 | 150 | 500 | 0 | 220 | 0 | 500 | 1870 |
| 13 | CANETA MARCADOR DE TEXTO FLUORESCENTE COR LARANJA | UND | 500 | 0 | 0 | 300 | 0 | 0 | 0 | 500 | 1300 |
| 14 | COMPASSO TÉCNICO RAIOS DE ATÉ 27CM. | UND | 500 | 0 | 0 | 0 | 140 | 0 | 0 | 20 | 660 |
| 15 | CORRETIVO LÍQUIDO FRASCO 18ml | UND | 500 | 0 | 0 | 300 | 0 | 220 | 0 | 500 | 1520 |
| 16 | ESCALÍMETRO TRIANGULAR TÉCNICO DE 30 CM | UND | 350 | 0 | 0 | 0 | 140 | 0 | 0 | 20 | 510 |
| 17 | ESQUADRO DE DESENHO, PAR DE ESQUADROS ACRÍLICOS | UND | 350 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30 | 380 |

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

| | | | | | | | | | | | | |
|----|--|-----|-----|---|-----|-----|-----|-----|---|----|-----|------|
| 18 | ESTOJO PARA LÁPIS | UND | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30 | 530 |
| 19 | GABARITO DE DESENHO, GABARITO CIRCULÓGRAFO D2. | UND | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 | 120 |
| 20 | GABARITO DE DESENHO E26 | UND | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 | 120 |
| 21 | GABARITO DE DESENHO SANITÁRIO A23 | UND | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 | 120 |
| 22 | GABARITO DE DESENHO ARQUITETURA A27 | UND | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20 | 120 |
| 23 | LAPISEIRA CARGA 0,5 mm | UND | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 | 600 |
| 24 | LAPISEIRA CARGA 0,7 mm | UND | 500 | 0 | 0 | 500 | 0 | 220 | 0 | 0 | 100 | 1320 |
| 25 | MINA GRAFITE 0,5 mm, DUREZA 2B | UND | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 50 | 550 |
| 26 | MINA GRAFITE 0,7 mm, DUREZA 2B | UND | 500 | 0 | 0 | 500 | 0 | 440 | 0 | 0 | 50 | 1490 |
| 27 | MULTÍMETRO DIGITAL | UND | 200 | 0 | 150 | 0 | 0 | 0 | 0 | 50 | 30 | 430 |
| 28 | TRANSFERIDOR TÉCNICO 12 CM | UND | 300 | 0 | 0 | 0 | 500 | 0 | 0 | 0 | 30 | 830 |
| 29 | TUBO PORTA-DOCUMENTO | UND | 500 | 0 | 0 | 0 | 140 | 0 | 0 | 50 | 50 | 740 |

1.7. Estimativa de Quantitativos Mínimos e Máximos dos pedidos individualizadas por órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes.

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA | UNIDADE | | C. ARACAJU 158393 | | REITORIA 158134 | | C. PROPRIÁ 154681 | | C. ITABAIANA 152430 | | C. LAGARTO 158394 | | C. SOCORRO 154680 | | C. ESTÂNCIA 152426 | | HU LAGARTO 155910 | |
|------|-----------------------------------|------------|------------|-------------------|------------|-----------------|------------|-------------------|------------|---------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|--------------------|------------|-------------------|--|
| | | QTD MÍNIMA | QTD MÁXIMA | QTD MÍNIMA | QTD MÁXIMA | QTD MÍNIMA | QTD MÁXIMA | QTD MÍNIMA | QTD MÁXIMA | QTD MÍNIMA | QTD MÁXIMA | QTD MÍNIMA | QTD MÁXIMA | QTD MÍNIMA | QTD MÁXIMA | QTD MÍNIMA | QTD MÁXIMA | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|-----|-----|------|-----|------|-----|-----|-----|-----|----|-----|----|-----|----|-----|-----|-----|
| 1 | BORRACHA APAGADORA, COR BRANCA, TIPO MACIA | UND | 200 | 500 | 0 | 0 | 100 | 150 | 300 | 400 | 30 | 500 | 25 | 220 | 0 | 0 | 50 | 100 |
| 2 | CADERNO <i>ESPIRAL CAPA DURA COM 200 FLS, ESPIRAL PRETO, MIOLO PAUTADO.</i> | UND | 500 | 1000 | 140 | 1400 | 100 | 150 | 300 | 500 | 0 | 0 | 25 | 220 | 0 | 0 | 10 | 50 |
| 3 | MOCHILA ESCOLAR, MATERIAL NYLON, COR PRETA. | UND | 300 | 500 | 70 | 700 | 100 | 150 | 300 | 500 | 0 | 0 | 25 | 220 | 10 | 100 | 10 | 30 |
| 4 | LÁPIS PRETO TIPO HB N.º 2. | UND | 300 | 500 | 0 | 0 | 100 | 150 | 300 | 500 | 30 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 | 300 |
| 5 | CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA | UND | 300 | 500 | 0 | 0 | 100 | 150 | 300 | 400 | 30 | 500 | 25 | 220 | 50 | 500 | 200 | 500 |
| 6 | CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA | UND | 200 | 500 | 0 | 0 | 0 | 300 | 400 | 400 | 0 | 0 | 25 | 220 | 0 | 0 | 100 | 500 |
| 7 | CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL | UND | 300 | 500 | 0 | 0 | 100 | 150 | 300 | 500 | 30 | 500 | 25 | 220 | 0 | 0 | 200 | 500 |
| 8 | APONTADOR LÁPIS COM DEPÓSITO | UND | 200 | 500 | 0 | 0 | 100 | 150 | 300 | 500 | 30 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 50 | 100 |
| 9 | RÉGUA ACRÍLICA 30CM. | UND | 100 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 300 | 500 | 30 | 500 | 25 | 220 | 0 | 0 | 20 | 50 |
| 10 | MEMÓRIA PORTÁTIL TIPO PEN DRIVE 16GB. | UND | 400 | 500 | 70 | 700 | 100 | 150 | 100 | 200 | 0 | 0 | 25 | 220 | 10 | 100 | 10 | 25 |
| 11 | CALCULADORA CIENTÍFICA 12 DÍGITOS. | UND | 400 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 50 | 200 | 10 | 160 | 0 | 0 | 10 | 115 | 5 | 10 |
| 12 | CANETA MARCADOR DE TEXTO FLUORESCENTE COR AMARELO | UND | 200 | 500 | 0 | 0 | 100 | 150 | 200 | 500 | 0 | 0 | 25 | 220 | 0 | 0 | 50 | 150 |
| 13 | CANETA MARCADOR DE TEXTO FLUORESCENTE COR LARANJA | UND | 200 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 200 | 300 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 50 | 150 |
| 14 | COMPASSO TÉCNICO RAIOS DE ATÉ 27CM. | UND | 300 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 140 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 |
| 15 | CORRETIVO LÍQUIDO FRASCO 18ml | UND | 200 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 200 | 300 | 0 | 0 | 25 | 220 | 0 | 0 | 40 | 100 |
| 16 | ESCALÍMETRO TRIANGULAR TÉCNICO DE 30 CM | UND | 250 | 350 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 140 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 |
| 17 | ESQUADRO DE DESENHO, PAR DE ESQUADROS ACRÍLICOS | UND | 250 | 350 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 |

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|--|-----|-----|-----|---|---|-----|-----|---|---|-----|-----|-----|----|-----|-----|----|----|---|---|----|----|
| 18 | ESTOJO PARA LÁPIS | UND | 300 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 |
| 19 | GABARITO DE DESENHO, GABARITO CIRCULÓGRAFO D2. | UND | 50 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 |
| 20 | GABARITO DE DESENHO E26 | UND | 50 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 |
| 21 | GABARITO DE DESENHO SANITÁRIO A23 | UND | 50 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 |
| 22 | GABARITO DE DESENHO ARQUITETURA A27 | UND | 50 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 |
| 23 | LAPISEIRA CARGA 0,5 mm | UND | 300 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 30 |
| 24 | LAPISEIRA CARGA 0,7 mm | UND | 300 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 150 | 500 | 0 | 0 | 25 | 220 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 30 |
| 25 | MINA GRAFITE 0,5 mm, DUREZA 2B | UND | 200 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 20 |
| 26 | MINA GRAFITE 0,7 mm, DUREZA 2B | UND | 200 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 50 | 440 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 20 |
| 27 | MULTÍMETRO DIGITAL | UND | 190 | 200 | 0 | 0 | 150 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 50 | 0 | 0 | 2 | 10 |
| 28 | TRANSFERIDOR TÉCNICO 12 CM | UND | 200 | 300 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10 |
| 29 | TUBO PORTA-DOCUMENTO | UND | 400 | 500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 140 | 0 | 0 | 0 | 10 | 50 | 0 | 0 | 5 | 10 |

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição de materiais de consumo é motivada pela necessidade de contemplar a demanda da Coordenadoria de Assuntos Estudantis – CAE quanto ao Auxílio Material (concessão de material escolar e de uso técnico) ofertado pelo Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando – PRAAE – do IFS.

2.2. O referido material destina-se a distribuição gratuita baseada na Norma de Concessão dos Auxílios Fardamento e Material, aprovada pela Resolução do Conselho Superior nº 33 de 12/09/2011.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

2.3. A distribuição de material escolar é concedida anualmente a todos os estudantes do Programa que assim requerem, observada a disponibilidade orçamentária seguindo o que preceitua a Resolução.

2.4. A licitação, considerando os Incisos II e III do art. 3º do Decreto nº 7.892, será realizada em Sistema de Registro de Preços (SRP), pois possibilita que os materiais sejam adquiridos de forma parcelada.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto deste termo de referência apresenta padrões de desempenho e qualidade que estão aqui descritos objetivamente por meio de suas especificações, sendo, pois, considerados bens comuns nos termos do Art. 1º da lei 10.520 de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega para os itens será de 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho em remessa parcelada, conforme o quantitativo de cada participante. A entrega deverá ser efetuada nos seguintes endereços:

| ÓRGÃO GERENCIADOR | ENDEREÇO DE ENTREGA |
|--|--|
| 158393 - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE/CAMPUS ARACAJU | Av. Engº Gentil Tavares da Mota, 1166 - Bairro Getúlio Vargas - Aracaju / Sergipe. CEP: 49.055-260. Telefone: (79) 3711-3124. CNPJ: 10.728.444/0003-63 |
| ÓRGÃOS PARTICIPANTES | ENDEREÇO DE ENTREGA |
| 158134 - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - REITORIA | Av. Jorge Amado, 1551, Loteamento Garcia, Bairro Jardins – Aracaju/SE. CEP: 49.055-260. Telefone: (79) 3711-1439. CNPJ: 10.728.444/0001-00 |
| 154681 - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE / CAMPUS PROPRIÁ | Rua Rotary, nº 330 - Bairro Centro – Propriá/SE. CEP: 49.900-000. Telefone: (79) 3711-3271 / 3272. CNPJ: 10.728.444/0008-78 |
| 152430 - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE / CAMPUS ITABAIANA | Tv. Dr. Augusto César Leite, 165 - Bairro Anísio Amâncio Oliveira – Itabaiana/SE. CEP: 49.500-000. Telefone: (79) 3711-3509/3511. CNPJ: 10.728.444/0005-25 |
| 158394 - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE / CAMPUS LAGARTO | Rodovia Lourival Batista, s/n Povoado Carro Quebrado - Lagarto/Sergipe. CEP: 49.400-000. Telefone: (79) 3711-1530 / 1511. CNPJ: 10.728.444/0004-44 |
| 154680 - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE / | Av. Perimetral B, s/n, Conj. Marcos Freire I - Nossa |

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

| | |
|---|--|
| CAMPUS SOCORRO | Senhora do Socorro/SE. CEP: 49160-000. Tel. (79) 3711-3806/3802. CNPJ: 10.728.444/0004-44 |
| 152426 - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE / CAMPUS ESTÂNCIA | Rua Café Filho, 260, Bairro Cidade Nova - Estância/SE. CEP: 49.200-000. Telefone: (79) 3711-3615/3614. CNPJ: 10.728.444/00061-06 |
| 155910 - HOSPITAL UNIV. MONS. JOÃO B. DE CARVALHO D. | Av. Brasília, s/n, Bairro Novo Horizonte - Lagarto/SE. CEP: 49.400-000. Tel. (79) 3632-2056/2054. |

4.2. SUPRESSÃO

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

- 5.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.3.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 6.1.1.1. SUPRESSÃO**
- 6.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6.** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

- 10.1.2.** ensinar o retardamento da execução do objeto;
 - 10.1.3.** fraudar na execução do contrato;
 - 10.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
 - 10.1.5.** cometer fraude fiscal;
 - 10.1.6.** não mantiver a proposta.
- 10.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 10.2.2.** multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - 10.2.3.** multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 10.2.4.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 10.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 10.2.6.** impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 10.2.7.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 10.3.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

- 10.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

Aracaju, ____ de dezembro de 2017.

Ivaneide de Jesus Santos

Coordenadora da CAE - IFS – Campus Aracaju

**APROVAÇÃO MOTIVADAMENTE DO TERMO DE
REFERÊNCIA**

() Aprovado () Não Aprovado

Data: ____/____/2017

Elber Ribeiro Gama
Diretor

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º/201X

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Aracaju, com sede na Av. Eng. Gentil Tavares da Mota, 1166 – Bairro Getúlio Vargas Aracaju/SE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.728.444/0003-63, neste ato representado pelo **Diretor Geral, Sr. Elber Ribeiro Gama, inscrito(a) no CPF sob o nº 973.739.405-44, portador da Carteira de Identidade nº 1160763 SSP/SE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º 23290.000468/2017-38, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo, a saber: materiais de consumo necessários para contemplar a demanda do Auxílio Material (concessão de material escolar e de uso técnico) ofertado pelo Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando – PRAAE – do IFS, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, Anexo I do edital de *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>) | | | | | | |
|------------|--|-------------------------------------|--------------------------------------|---------|------------|----------|-----------------------------------|
| X | Especificação | <i>Marca (se exigida no edital)</i> | <i>Modelo (se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade | Valor Un | <i>Prazo garantia ou validade</i> |
| | | | | | | | |

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

3.1. *São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

| <i>Item nº</i> | <i>Órgãos Participantes</i> | <i>Unidade</i> | <i>Quantidade</i> |
|----------------|-----------------------------|----------------|-------------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. (*Suprimir este item quando inexistirem outros fornecedores classificados registrados na ata.*)

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

ANEXO III

MODELOS

ITEM 03 - MOCHILA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**



ITEM 18 - ESTOJO

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**



OBS.: As figuras são meramente ilustrativas dos modelos e não para sugestão de marca dos produtos.